

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.787 - MG
(2019/0271552-0)**

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
EMBARGANTE : FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI
EMBARGANTE : JOSE APARECIDO DE MIRANDA
ADVOGADOS : VICTOR FONTÃO REBÊLO - MG121500
CELIO MARCOS LOPES MACHADO - MG103944
ANA CLARA DA CUNHA PEIXOTO REIS - MG110690
ALISON MENDES NOGUEIRA - MG130555
EMBARGADO : BANCO VOTORANTIM S.A.
ADVOGADOS : CLAUDIA FERRAZ DE MOURA - MG082242
MARKOS WENDELL CARVALHO RODRIGUES - MG112676
ANA FLAVIA BARROS MOREIRA - MG163206

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI e OUTRO contra decisão monocrática desta Relatoria que conheceu do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial para anular o acórdão recorrido, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para que seja dada oportunidade de emenda à inicial da execução, nos termos da fundamentação.

Em suas razões, alega o embargante que há omissão na decisão embargada, na medida em que não foram arbitrados honorários advocatícios em favor dos advogados dos Embargantes.

Afirma que, mesmo se tratando de decisão no sentido de oportunizar a emenda inicial, há de se ter em mente que a exclusão do Embargante JOSÉ APARECIDO DE MIRANDA, representa um proveito econômico em favor deste, que somente será excluído de uma execução milionária em virtude da atuação de seus advogados.

Intimado, o embargado apresentou impugnação (e-STJ fl. 361/367)

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir

erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Alega o embargante, em síntese, que há omissão na decisão embargada, na medida em que não foram arbitrados honorários advocatícios em favor dos advogados dos Embargantes, pois mesmo se tratando de decisão no sentido de oportunizar a emenda inicial, há de se ter em mente que a exclusão do Embargante JOSÉ APARECIDO DE MIRANDA, representa um proveito econômico em favor deste, que somente será excluído de uma execução milionária em virtude da atuação de seus advogados.

Ocorre que, ao contrário do que alega o embargante, ainda não houve a exclusão do Embargante JOSÉ APARECIDO DE MIRANDA da execução, o que somente será decidido pelo juízo de origem após a intimação do exequente para emendar a inicial.

Isto porque, conforme constou na decisão embargada, deve ser oportunizado à exequente a emenda da inicial da execução, para que, assim desejando, restrinja a execução ao devedor comum a ambos os títulos executivos (FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI) ou mesmo limite a execução a um só título executivo e respectivos devedores, de modo que a exequente pode optar por prosseguir na execução apenas do título no qual conta como devedor o Embargante JOSÉ APARECIDO DE MIRANDA.

Vejamos os termos da decisão embargada:

"De fato, conforme consta no acórdão recorrido, a execução foi proposta com base no contrato de câmbio firmado por FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI com o recorrido e com base nas notas promissórias emitidas pela FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI para garantir o referido negocio, tendo como avalista o sócio JOSE APARECIDO DE MIRANDA.

Como se vê, a hipótese dos autos trata de títulos executivos referentes a relações fundamentais distintas, e apenas um dos coexecutados é devedor de ambos os títulos de crédito, qual seja, a FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI.

Assim, em princípio, seria o caso de declarar a extinção da execução, tendo em vista a impossibilidade de cumulação das

Superior Tribunal de Justiça

execuções com executados distintos, nos termos do art. 780 do CPC. Neste sentido:

(...)

Ocorre que, ainda que não seja possível o ajuizamento de apenas uma ação de execução embasada nos dois títulos de crédito em relação a todos os executados, não deveria ter havido a extinção do feito, sem resolução do mérito, pois a coexecutada FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI é devedora de ambos os títulos executivos.

Assim, deve ser oportunizado à exequente a emenda da inicial da execução, para que, assim desejando, restrinja a execução ao devedor comum a ambos os títulos executivos (FERDIL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E CONSULTORIA EIRELI) ou mesmo limite a execução a um só título executivo e respectivos devedores. " (e-STJ fl.341/342)

Sendo assim, não tendo havido, ao menos até o presente momento processual, ainda a exclusão de qualquer dos exequentes do polo passivo da demanda, não há que se falar em arbitramento de honorários advocatícios.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator